

A EXTENSÃO NA UNIARP: UMA FUNÇÃO DIALÓGICA

The Extension at UNIARP: a Dialogical Function

Ilze Salete Chiarello¹
Recebido em: 03.07.2012
Aceito em: 03.12.2012

Resumo: O presente artigo tem como objeto apresentar uma concepção de Extensão, tendo como matriz a sua função dialógica com a sociedade. Sob esse aspecto, discorre sobre o papel da extensão, como uma das três funções básicas da universidade, destacando como ela se organiza, quais políticas que a fundamentam e como se realiza. Trata da evolução do conceito de universidade e de como este deve articular o **ensino**, a **pesquisa** e a **extensão** de forma equânime, fortalecendo sua dimensão institucional e tendo suas bases na produção e difusão do conhecimento novo, estendendo-o para a sociedade, para que esta possa ter acesso aos bens e avanços da ciência e tecnologia.

Palavras-chave: universidade, extensão, políticas.

Abstract: This article, **The extension at Uniarp: a dialogical function**, aims to present a conception of Extension, having as matrix its dialogical function with society. In this regard, discusses the role of extension as one of the three basic functions of the university, highlighting how it is organized, which policies underlie it and how it happens. It deals with the evolution of the concept of university and how it should articulate teaching, research and the extension equally, strengthening its institutional dimension and having its bases in the production and dissemination of new knowledge, extending it to society, so it can have access to goods and advances in science and technology.

Keywords: university, extension, policies.

INTRODUÇÃO

A Extensão na universidade é a via pela qual se dialoga com os diferentes setores da sociedade, trocando com esta as mais diversas formas de saberes, em múltiplas linguagens, o que lhe permite, ao mesmo tempo, difundir o conhecimento produzido pelo ensino e pela pesquisa, como também, trazer para dentro da universidade visões plurais da sociedade de seu entorno.

É pela Extensão que a universidade extrapola seus muros, constituindo-se numa porta inclusiva a todos aqueles que estão distantes dela, à medida que se investe em uma ação participativa, respeitando os valores e a identidade das

¹ Mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC). Docente e Coordenadora do setor de Extensão e Cultura na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). E-mail: ilze@uniarp.edu.br.

comunidades com as quais partilha as ações, principalmente, identificando-se com a sociedade na qual está inserida.

O projeto no qual se estrutura a universidade diz respeito às suas dimensões institucional, histórica e organizacional, que têm seu fundamento no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, cuja missão é proporcionar condições concretas de desenvolvimento da sociedade nos campos científico, técnico e cultural. Neste processo, a universidade define seus contornos e limites como um órgão vivo em constante avaliação, permitindo ajustar-se e aperfeiçoar-se às necessidades da comunidade humana para a qual ela existe.

Da mesma forma, a Extensão tem sua concepção fundamentada na realidade e nas potencialidades que a circundam, levando em consideração sua história e seu espaço.

CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE E EXTENSÃO

Universidade, segundo a etimologia latina, é a totalidade ou universalidade dos conhecimentos. Seu objetivo é o conjunto dos conhecimentos de que o homem tem necessidade para viver sua existência com plenitude. Brandão (1996) afirma que na conceituação de universidade não se pode prescindir da ideia de universalidade; universalidade da conceituação do ser humano, universalidade do seu conhecimento e de suas conquistas, universalidade dos anseios que afligem o nosso tempo e, principalmente, íntima conexão existente entre temporalidade e eternidade.

O conceito de universidade evoluiu, desde a concepção de que seu primeiro dever é a pesquisa, que só tem sentido como manifestação das investigações, passando pela ideia da simbiose da pesquisa com o ensino, a serviço da imaginação criadora. Inúmeros são os teóricos que se detiveram a estudos, buscando conceituar universidade, com forte ênfase na pesquisa e no ensino, basicamente.

Entretanto, os avanços das ciências e da tecnologia mudaram significativamente a vida das pessoas. As transformações sócio-político-econômicas criaram novas necessidades, alterando demandas de formação de recursos humanos para funções especializadas, exigindo uma redefinição dos papéis desempenhados pelas agências formadoras, em especial, as universidades.

O conceito de universidade deve dar conta das necessidades atuais; contemplar as renovações e avanços da ciência e da tecnologia; resgatar a totalidade do conhecimento; em síntese, ser viável para sua época e seu contexto, sem perder a dimensão de universalidade e de acenar para a dimensão de futuro.

Definir universidade sob o prisma do ensino e da pesquisa apenas é incompleto para explorar toda amplitude de sua missão. Um conceito de universidade deve privilegiar o **ensino**, a **pesquisa** e também a **extensão** de forma equânime. Centrando suas ações em torno desses eixos, a universidade fortalece sua dimensão institucional, tendo suas bases na produção e difusão do conhecimento novo, estendendo-o para a sociedade, que passa a ter acesso aos bens e avanços da ciência e tecnologia.

A universidade, segundo Cassimiro (1983), precisa estar em constante processo de reflexão sobre si mesma; conceituar-se permanentemente mais do que se autodefinir. Definição significa delimitação de contornos e limites. Tal coisa não se coaduna bem como a natureza de um órgão vivo, em estado de constante evolução e ajustamento às necessidades da comunidade humana para a qual ela existe. Não se trata, por conseguinte, de a universidade apenas se autodefinir, mas sim de se autoconceituar, uma vez que esse conceito será sempre algo provisório e suscetível a constantes aperfeiçoamentos.

Em outras palavras, a universidade não pode definir-se e agir deslocada e alheia ao seu contexto e sua época. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é muito clara quanto à finalidade da Educação Superior em seu art. 43:

Estimular a criação material e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica [...]; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade [...]; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional [...]; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade [...]; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

No que tange à **Extensão**, esta é uma função **dialógica** da universidade com a comunidade interna e com seu entorno. A **matriz dialógica** se configura pelas interfaces que a Extensão estabelece com todos os segmentos da sociedade e com todo tipo de saberes e de realidades. É, portanto, a efetivação de um

movimento dialético, que comunica e troca novos conhecimentos, dialogicamente, permitindo a abertura operacional da universidade ao seu meio, no sentido da circulação de informações, formando novas mentalidades, num processo contínuo, permanente, educativo, cultural e científico. A Extensão tem caráter mobilizador e transformador, pois interfere na própria ação da universidade, avaliando-a; e, nos movimentos da sociedade, promovendo melhores condições para o exercício da cidadania. Por conceituar-se como uma função dialógica da universidade com seu entorno, ocupa-se com os resultados efetivos e os avanços qualitativos de todos os segmentos sociais com os quais se envolve.

Descrever a práxis da Extensão diz respeito à forma como a ação se organiza, ancorada nas suas três funções tradicionais básicas: ensino, pesquisa e extensão. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as universidades são “instituições pluridisciplinares” e devem obedecer “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, segundo o art. 207, da Constituição Federal. Assim, se o ensino deve ser fundamentado na investigação (pesquisa); a pesquisa deve desmobilizar esquemas montados e buscar o conhecimento novo; a extensão, por sua vez, tem a importante tarefa de difundir o conhecimento produzido, fortalecendo todos aqueles que se aproximam da universidade ou aqueles dos quais ela se aproxima.

Entende-se Extensão como uma via de mão dupla: ela tanto pode ser pensada como uma modalidade de compromisso social da universidade que se efetiva pela prestação de serviços, sobretudo, dirigida aos ausentes da universidade quanto pode constituir-se na “oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico no retorno à universidade” (REIS, 1993, p. 28). Desta forma, ela se constitui num processo educativo, que articula o ensino e a pesquisa, buscando o comprometimento da comunidade universitária.

O trabalho de Extensão para Buarque (1994, p. 137) deve ir além do campus, e é básico para a universidade que deseja revolucionar.

Sem o toque de fora do campus, proporcionado pela extensão, a universidade perde grande parte do seu poder de criação. Sem atingir a comunidade, a universidade se limita a exercícios, fechada em si mesma.

Com efeito, a Extensão se legitima, na medida em que se torna um meio de levar para a população o saber elaborado no interior da universidade. Ela estabelece

um elo entre o conhecimento e a realidade externa; subsidia a construção de um processo dialético entre a teoria e a prática; e oportuniza um trabalho interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do saber e diferentes segmentos da universidade e da sociedade, primando pela transformação e autogestão dos envolvidos.

GESTÃO DA EXTENSÃO

A Extensão não se articula por si só. Ela faz parte de uma organização da universidade e, portanto, tem sua política própria, mas dentro de uma política maior e mais abrangente, que traduz a concepção e o perfil da gestão da universidade.

A discussão sobre **gestão** é tão necessária quanto definir políticas de ensino, pesquisa e extensão, a partir da concepção de universidade que as sustenta.

Gestão diz respeito à ação organizada, que leva à participação consciente e esclarecida de pessoas, nas decisões sobre a orientação e manejo de seu trabalho. Trata-se de mobilizar pessoas para agir, no sentido da consecução de objetivos. Está associada ao fortalecimento de ideia de democratização do processo pedagógico, incluindo a participação de todos nas decisões e efetivação daquilo que foi decidido.

As políticas da Extensão na universidade têm como pressuposto seu modelo de gestão. Tratar da gestão implica entender a universidade como uma organização especializada, que tem por objeto fazer ensino, realizar pesquisa e efetivar a extensão. É diferente de outras organizações por diversos fatores: diversidade de fins; mensurabilidade de desempenho limitada; autonomia e dependência das relações sociais; difusão de autoridade e do processo decisório; tudo isso, caracterizando-a como uma organização complexa. Acima de tudo, uma organização cujas questões básicas se estruturam em torno das características de seus produtos, qualidade organizacional, papel de seus gestores e processo decisório.

Na gestão da universidade se configuram, segundo Lanzillotti, *in* Finger(1997), dois centros de poder: a) o poder acadêmico – baseado no conhecimento; b) o poder burocrático – baseado nas leis, regulamentos e normas relativas ao ensino e à gerência econômica e exercido pelos administradores. A

relação desses poderes está vinculada à multiplicidade de interesse dos envolvidos; o acadêmico se volta para as atividades-fim e o burocrático, e para as atividades-meio.

A articulação entre esses poderes provoca momentos de tensões que interferem, em maior ou menor proporção, no processo decisório da instituição.

Arantes (1994) afirma que a estrutura organizacional da universidade pode ser analisada sob o ângulo dos sistemas de gestão, ou seja, subsistema institucional, tecnológico e humano-comportamental.

O **subsistema institucional** caracteriza a razão de ser da universidade, sua missão, propósitos e princípios. São os motivos pelos quais ela existe (missão), o que se propõe a fazer (propósitos) e em quais valores se fundamenta (princípios). Isso tudo se constitui na filosofia ou concepção de universidade como uma organização.

O **subsistema tecnológico** tem componentes que são os subsistemas gerencial, operacional, organizacional, de informação e de comunicação. Estes cinco subsistemas dão suporte tecnológico de gestão à administração na fixação dos resultados institucionais e na organização, coordenação e controle das atividades, de forma a assegurar que sejam dirigidas às finalidades para as quais a instituição foi criada e é mantida.

O subsistema **humano-comportamental** inclui os instrumentos que a administração precisa para mobilizar as pessoas que integram a instituição, e conseguir que seu comportamento esteja dirigido aos resultados e às finalidades propostas. Aqui são concentrados os esforços na tarefa da motivação, ativação e integração das pessoas, buscando a autorrealização, capacitação contínua e esforço coletivo.

Estes três subsistemas de gestão são integrados e têm uma forte interdependência, pois, só assim, conseguem contribuir de forma consistente para a realização da tarefa institucional.

Considerando sua particularidade e peculiaridade, a universidade exige modelos próprios de gestão para alcançar seus objetivos e cumprir sua missão.

É neste ponto que se quer enfatizar a importância de os gestores possuírem

uma compreensão da amplitude dos subsistemas que compõem a universidade para exercerem seu papel social de “visionários”, “empreendedores” e “provocadores do desenvolvimento”.

Assim, a universidade é um organismo vivo, em estado de permanente evolução. A essência desse organismo são seus propósitos, missão e princípios. Entretanto, quem articula e dá vida às suas funções primordiais é a gestão acadêmica, compreendendo o conjunto de sistemas que dão suporte à ação de administrar e são subdivididos em dois blocos: **atividades-fim** e **atividades-meio**. A essência da universidade está nas suas atividades-fim - missão, princípios e propósitos, ou seja, as razões pelas quais ela existe, o que se propõe a fazer e de quais meios se utilizará para realizar esses propósitos.

A gestão das organizações acadêmicas, no Brasil, segundo Finger (1997), está atingindo um nível altamente especializado. Por tudo isso, a gestão universitária é uma área que vem se consolidando como um campo de estudos e atuação profissional, mas ainda lhe falta uma identidade mais claramente definida.

Cumprir dizer que universidade é uma instituição que apresenta características especiais e elevada complexidade e, por essa razão, exige modelos próprios de gestão para alcançar seus objetivos de forma eficaz. Através de sua estrutura e de suas práticas administrativas, espera-se que seja capaz de efetivar suas atividades-fim e cumprir seus objetivos.

Não deve haver dicotomias entre meios e fins da universidade: para o processo decisório, deve haver consenso, oportunidades para discussões, participantes com as mentes abertas e respeito mútuo.

Não existe uma hierarquia entre as atividades-fim e as atividades-meio, ou seja, os subsistemas institucional, tecnológico e humano-comportamental constituem um corpo articulado da gestão. Pela natureza da universidade – organização complexa – esses subsistemas são integrados e interdependentes, assim como os são o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Extensão e as incumbências que lhe são atribuídas na universidade carecem colocar-se lado a lado ou à frente de seu tempo, para, assim, efetivarem o compromisso social com as comunidades distantes da universidade. Precisa-se “desencastelar” a universidade, ir ao encontro dos grupos sociais menos

favorecidos, trazendo para seu interior as discussões que levam às contradições sociais existentes. A ideia de integração da universidade com a diversidade abre novos caminhos para a universidade sair de sua torre de marfim, constituindo-se numa instituição socializada e em benefício de toda sociedade.

E a atividade de Extensão, para Buarque (1994), é o caminho básico para a universidade descobrir o mundo. Só assim o mundo descobrirá que há universidade. A extensão é a forma de legitimação da universidade.

Enfatiza-se a necessidade de a universidade estar em constante processo de interação e reflexão sobre si mesma pela sua natureza de órgão vivo, e em estado de constante evolução e ajustamento às necessidades do seu tempo.

No que diz respeito à gestão da Extensão, é imprescindível que esta tenha:

a) clareza dos conceitos: o que é uma universidade, seus fins, objetivos e missão; qual o papel do ensino, da pesquisa e da extensão, esta concebida “como uma universidade para fora dos seus muros”; e que não pode ser vinculada a algumas limitações conceituais para poder se realizar. É necessária a compreensão de que a Extensão tem um papel a cumprir e, para isso, em primeiro lugar, ela precisa de uma política definida e um tratamento diferenciado;

b) base tecnológica: para cumprir seus objetivos, a Extensão carece de recursos das mais variadas ordens, pois ela se movimenta em várias direções, atingindo as mais diversas clientelas e com características peculiares. Precisa de um aporte operacional, de organização, de comunicação e de informação muito ágil para acontecer. As decisões devem ser rápidas, para que os resultados sejam alcançados. Esse subsistema tecnológico que serve de lastro à extensão é um meio que viabiliza suas políticas, objetivos e diretrizes;

c) capacidade humano-comportamental: são as pessoas que fazem o dia a dia da Extensão. Primeiro, um burocrata não serve; segundo, deve ser um especialista, um generalista, e deve conhecer bem sua área, mas com uma dimensão de todo. Seu perfil é do profissional com certa habilitação, mas que compreenda as relações sociais e como elas se efetivam, para realizar um trabalho contextualizado. Deve dominar ainda conceitos e tecnologias, e também ser um “intuidor”, “visionário”, “projetista”.

O gestor universitário agrega a função de “regente”, “orquestrador” e “motivador”; tem consigo a chave do sucesso das atividades que lhe são atribuídas na instituição, desde que saiba e compreenda todas essas dimensões colocadas para a universidade e, especialmente, para a Extensão. É através de uma boa gestão universitária que a Extensão pode ampliar sua atuação para atender às urgências da sociedade.

Assim, conclui-se que não se concebe uma universidade sem a perfeita articulação do ensino, da pesquisa e da extensão. Não se concebe que numa universidade haja descompasso entre as atividades-fim e as atividades-meio.

A complexidade da organização universitária está evidente, e a atribuição dos gestores está na aproximação entre as atividades-fim e meio, buscando a produtividade e a harmonia e a das unidades entre si e em toda estrutura da universidade.

Esse é o grande desafio à gestão da Extensão e aos gestores da universidade.

AS POLÍTICAS DA EXTENSÃO

A Extensão, na universidade, é uma das três dimensões que constituem sua essência e sua prática acadêmica. Para compreender essa dimensão, é necessário o entendimento do significado do termo Extensão, para delinear seu papel dentro e fora da universidade.

Ao tratar das concepções de Extensão, Freire (1975) fundamenta-se em Guiraud (1965) no conceito de “campos linguísticos” e em Bally (1972), analisando os “campos associativos” implícitos no termo e suas variações semânticas, que induzem a pensar diversas possibilidades e aspectos a que o vocábulo alude:

Transmissão; sujeito-ativo (o que estende); **conteúdo** (o que é escolhido por quem estende); **recipiente** (do conteúdo); **entrega** (de algo que é levado por um sujeito que se encontra ‘atrás do muro’ àqueles que se encontram ‘além do muro’. Daí se falar em atividades extra-muros); **messianismo** (por parte de quem se estende); **superioridade** (do conteúdo de quem entrega); **inferioridade** (dos que recebem); **mecanicismo** (na ação de quem estende); **invasão cultural** (através do conteúdo levado, que reflete uma visão de mundo daqueles que levam, que superpõe a daqueles que passivamente recebem (FREIRE, 1975, p. 22).

Ao fazer essa reflexão, o autor destaca as associações de dominação,

existente na ação extensionista, relegando o homem em quase “coisa” e o negando como um ser de transformação, em detrimento de um que-fazer educativo e libertador. Definitivamente Extensão não é isso. Ela tem caráter educativo. O debate acadêmico que fundamenta o conceito e o fazer da Extensão hoje supera as interpretações equivocadas, que lhe são aferidas. Pode-se apontar distintamente a evolução deste conceito, sob três matrizes teóricas destacadas por Cerqueira (2004):

- a) a **Extensão como trabalho assistencialista**, prestado pelas universidades às comunidades carentes, sem estabelecer uma relação com as demais atividades fundamentais da universidade: o ensino e a pesquisa;
- b) a **Extensão como atividade curricular**, construída pelo oferecimento de cursos para implementar o currículo do aluno e para a comunidade, geralmente pagos, caracterizando a prestação de serviços;
- c) a **Extensão como atividade que pretende construir**, ampliar ainda incipiente base da cidadania da nação, de forma conjunta e solidária às classes populares, através de mecanismos que lhes permitem compreender e interferir na realidade social que as cercam.

De certa forma, a Uniarp toma essas matrizes teóricas, adotando com ênfase a terceira, - **a Extensão como atividade que pretende construir**, numa concepção educativa, dialógica e de produção de conhecimento, a partir de uma estreita relação com o mundo real. Assim, o “fazer Extensão” na universidade está calcado na articulação que esta faz entre o ensino, a pesquisa e a sociedade, trocando com ela o que é produzido em termos de conhecimento, para que aquilo que se difunde através do ensino não fique restrito somente àqueles que têm acesso à universidade, atingindo plenamente as comunidades mais distantes dela. O fazer da Extensão, ainda que englobe essas três matrizes, constitui-se num conjunto de políticas que privilegiam a relevância do social, da organização articulada e emancipadora de suas funções, da provisoriedade dinâmica do vir a ser e da busca de autogestão que emancipa do planejamento sistemático e da transformação.

É, portanto, pela via de Extensão que o ensino e a pesquisa têm sua aplicação para minimizar problemas de uma determinada região geográfica. É a Extensão a forma mais viva e eficaz que permite a avaliação dos produtos, objetivos mensuráveis da universidade que são a pesquisa e o ensino. Para Hoffmann (1985),

o objetivo da Extensão, também mensurável, é a aplicação concreta desses dois produtos para diminuição de problemas. É a Extensão que permite três avaliações-fim, essenciais na universidade: a) **da qualidade científica da pesquisa**; b) **da qualidade educacional do ensino**; c) **da quantidade de ensino que atinge a comunidade, desenvolvendo-a**. Em decorrência disso, é que se articulam de forma concreta essas três dimensões essenciais da universidade, que se constituem no seu tripé sustentador.

Neste contexto e sob este prisma epistemológico, a extensão universitária se origina de uma tomada de consciência por parte da comunidade universitária e da comunidade em geral, “de que a massa crítica de recursos acumulados na universidade deveria necessariamente ser estendida ao maior número de pessoas possível” (WANDERLEY *apud* CERQUEIRA, 2004, p. 25). Para tanto, é papel da Extensão abrir-se e sensibilizar-se para as demandas oriundas das comunidades, servindo-se disso para efetivar plenamente sua práxis acadêmica.

Assim, esta dimensão da Extensão, devido à sua complexidade, é somatória das demais, permitindo a efetivação do trabalho junto às comunidades e viabilizando uma avaliação permanente do conhecimento teórico gerado pela universidade. Essa face da Extensão, entendida como extensão universitária, é, por sua característica dialógica, a superação do senso comum para dar lugar ao conhecimento científico, sem ocorrer, entretanto, a “invasão cultural” e o desrespeito ao corpo de conhecimentos das comunidades que são atingidas por essa forma de Extensão.

Silva (1980) deixa implícita a ideia de comunicação no conceito de Extensão e destaca os eixos que lhe são peculiares, ou seja, chama atenção para as ideias centrais da Extensão: **retroalimentação**, **integração**, **abertura**, **equilíbrio**, **mentalização** e **projeção**. A **retroalimentação** constitui-se no movimento dialético de ida e volta, possibilitando mudanças nos dois sentidos, universidade e sociedade. Assim se efetiva a **integração** com o ensino e a pesquisa e com a sociedade e com seus subsistemas científico, tecnológico e cultural. **Equilíbrio**, com as demais funções, forma novas posturas profissionais favoráveis ao processo de desenvolvimento, e abertura/diálogo com o entorno, permitindo o cumprimento da função social da universidade. A **mentalização** permite a atuação participativa da universidade, interagindo e fazendo trocas com o meio. Pela **projeção** é que, na sua totalidade, a universidade se abre e disponibiliza o conhecimento para transformar a

sociedade. Nesse conceito é que se dá corpo à ideia de comunicação, subjacente na ação da Extensão. É dentro dessa semântica que se identifica uma das essências da Extensão, que é comunicar, transformando.

À ideia de comunicação está implícita a de diálogo: todos os segmentos da universidade colocam-se na perspectiva de aprendizes, pois ao fazer Extensão confrontam-se com outros tipos de saberes, outras teses, outras falas, outras realidades. Aprendem a ver, ouvir e fazer leituras de outras realidades e verdades, e não só as suas. Dessas leituras e desse diálogo são que, numa postura de parceiros, a universidade elabora sua ação junto aos diversos segmentos da sociedade.

A práxis da Extensão tem como pano de fundo estes pressupostos: na semântica mais precisa do termo, conceitua Extensão como movimento dialético entre universidade e sociedade, comunica dialogicamente, permitindo a abertura operacional da universidade ao seu meio, no sentido de circulação das informações, formando novas mentalidades. Compartilha-se da visão de Buarque (1994), ao conceituar Extensão como a forma distribuição igualitária do conhecimento e o envolvimento da universidade com a realidade, num trabalho para além do campus. A legitimação da universidade que cria e transgride leva as comunidades à autogestão e à autonomia, superando o silêncio e a submissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matriz dialógica da Extensão da Uniarp constitui-se num processo contínuo, permanente, educativo, cultural e científico. Tem caráter mobilizador e transformador, que interfere na própria ação da universidade, avaliando-a; e nos movimentos da sociedade, promovendo melhores condições para o exercício da cidadania plena. Por ser dialógica, é uma ação verdadeira e ocupa-se com os resultados sociais efetivos e os avanços qualitativos de todos os segmentos sociais com os quais se envolve.

A Extensão é a maneira de a universidade extrapolar seus muros e ir além. Cassimiro (1983) enfatiza que o conceito de Extensão também se integra dentro de natureza de um ser em constante processo de evolução. Então, para ser resposta adequada aos anseios e necessidades da comunidade humana, a Extensão precisa

admitir constantes evoluções para ser um organismo organizado e para continuar existindo.

Ensinar, pesquisar e fazer **extensão** para o citado autor não passam de três momentos da mesma realidade ou, mais explicitamente, três ângulos de um mesmo objeto. Na verdade, ensinar sem pesquisar é fossilizar conhecimentos. Pesquisar por sua vez, se constitui na modalidade mais consentânea de realizar o ensino. A extensão é um terceiro momento da mesma realidade. Ela coloca sob o foco da atenção universitária o aspecto de transcendência aos umbrais da universidade, para atingir os elementos da comunidade dentro da qual está inserida, ou cujo serviço, deliberadamente, se colocou.

Falar sobre Extensão é isto: um diálogo de muitas vozes. Com propriedade, Freire (1975) aborda Extensão como um diálogo e de homens, que mediatizados pelo mundo, se pronunciam e o humanizam para a humanização de todos; um encontro de conciliáveis, pelo qual todos crescem.

É dessa forma que a universidade concebe e realiza suas políticas de Extensão.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, E. **A universidade e transcendência**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional. Lei 9394/96**. Atos complementares.
- BUARQUE, C. **A aventura da Universidade**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1994.
- CASSIMIRO, M.R. **A universidade oportuna: reflexões sobre universidade e seu envolvimento com a comunidade**. Goiânia: UFGV, 1983.
- FAGUNDES, J. **Universidade e Compromisso Social: extensão, limites e perspectivas**. Campinas: Unicamp, 1986.
- FINGER, A. P. **Gestão de Universidade: novas abordagens**. Champagnat. Curitiba: Champagnat, 1997.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- GURGEL. Roberto Mauro. **Extensão universitária: Comunicação ou domesticação**. Cortez: São Paulo, 1986.
- HOFFMANN. Ricardo L. **A abertura operacional da universidade**. São Paulo: [s.n.], 1985.

QUEIROZ, M. J. P. **A universidade em face das expectativas sociais**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1982.

REIS, Renato Hilário dos. **Extensão Universitária: conceituação. Práxis**. Florianópolis: UFSC, 1993.

SILVA, Maria Ozanira e. **Integração com o meio: uma proposta de extensão universitária**. São Luís: [s.n.], 1980.

UNESCO. **Documento de política para el cambio y el desarrollo em la educación superior**. Paris: Unesco, 1995.

WANDERLEI, L. E. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.